

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ZAQ PARTICIPAÇÕES S.A., TUB PARTICIPAÇÕES S.A., OPERADORA DE TURISMO T. T. TOURS LTDA., SRR PARTICIPAÇÕES S.A., SRR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., SPN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., SPG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., SNS AUTOMÓVEIS LTDA., SNG SUL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., SNG SP COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., SNG RIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., SNG NORDESTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., SNG C. OESTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., SHS PARTICIPAÇÕES S.A., SHS LOCAÇÃO DE BENS LTDA., SECAR PARTICIPAÇÕES S.A., SAINT MORITZ DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., SAINT MICHEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., SAINT MARTIN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., SAINT GERMAIN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., RPN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., RNG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., PVN VEÍCULOS LTDA., NHN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., NGN IMPORTADORA LTDA., JC COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA., JC BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., GB CARS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., FRANCECAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., ETOILE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., EPC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., DIREÇÃO PARTICIPAÇÕES S.A., CORRETORA DE SEGUROS SHR LTDA., CARFRANCE LTDA., CAMBRAIA E ROSA COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA., BSC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., BRN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., BRG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., AVENUE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., e AUTOFRANCE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. – todas em recuperação judicial

Recuperação Judicial de Zaq Participações S.A., Tub Participações S.A., Operadora De Turismo T. T. Tours Ltda., SRR Participações S.A., SRR Empreendimentos Imobiliários Ltda., SPN Distribuidora De Veículos Ltda., SPG Distribuidora de Veículos Ltda., SNS Automóveis Ltda., SNG Sul Comércio De Veículos Ltda., SNG SP Comércio de Veículos Ltda., SNG Rio Comércio de Veículos Ltda., SNG Nordeste Comércio de Veículos Ltda., SNG C. Oeste Comércio de Veículos Ltda., SHS Participações S.A., SHS Locação de Bens Ltda., Secar Participações S.A., Saint Moritz Distribuidora de Veículos Ltda., Saint Michel Distribuidora de Veículos Ltda., Saint Martin Distribuidora de Veículos Ltda., Saint Germain Distribuidora de Veículos Ltda., RPN Distribuidora de Veículos Ltda., RNG Distribuidora de Veículos Ltda., PVN Veículos Ltda., NHN Distribuidora de Veículos Ltda., NGN Importadora Ltda., JC Comercial e Importadora Ltda., JC Brasil Automóveis Ltda., GB Cars Distribuidora de Veículos Ltda., Francecar Comércio de Veículos Ltda., Etoile Distribuidora de Veículos Ltda., EPC Distribuidora de Veículos Ltda., Direção Participações S.A., Corretora de Seguros SHR Ltda., Carfrance Ltda., Cambraia e Rosa Comércio de Veículos e Serviços Ltda., BSC Distribuidora de Veículos Ltda., BRN Distribuidora de Veículos Ltda., BRG Distribuidora de Veículos Ltda., Avenue Distribuidora de Veículos Ltda. e Autofrance Comércio e Serviços Ltda., em curso perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, nos autos de nº 1113802-23.2018.8.26.0100.

ZAQ PARTICIPAÇÕES S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 27.156.550/0001-50 (“**ZAQ**”), **TUB PARTICIPAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.769.100/0001-09 (“**TUB**”), **OPERADORA DE TURISMO T. T. TOURS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.069.238/0001-24 (“**TT Tours**”), **SRR PARTICIPAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.742.308/0001-26 (“**SRR Participações**”), **SRR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 03.474.172/0001-95 (“**SRR Empreendimentos**”), **SPN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 12.514.987/0001-41 (“**SPN**”), **SPG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 12.529.093/0001-25 (“**SPG**”), **SNS AUTOMÓVEIS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 11.122.071/0001-83 (“**SNS**”), **SNG SUL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 24.807.520/0001-79 (“**SNG Sul**”), **SNG SP COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 24.816.113/0001-28 (“**SNG SP**”), **SNG RIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 24.934.448/0001-40 (“**SNG Rio**”), **SNG NORDESTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 24.807.608/0001-90 (“**SNG Nordeste**”), **SNG C. OESTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 24.795.815/0001-72 (“**SNG C. Oeste**”), **SHS PARTICIPAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 12.764.772/0001-89

(“SHS Participações”), **SHS LOCAÇÃO DE BENS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 12.795.203/0001-09 (“SHS Locação”), **SECAR PARTICIPAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 08.987.114/0001-89 (“Secar”), **SAINT MORITZ DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 00.819.488/0001-83 (“Saint Moritz”), **SAINT MICHEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 64.052.897/0001-80 (“Saint Michel”), **SAINT MARTIN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 03.761.346/0001-09 (“Saint Martin”), **SAINT GERMAIN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 68.817.287/0001-80 (“Saint Germain”), **RPN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 09.285.950/0001-84, (“RPN”), **RNG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 12.510.173/0001-39 (“RNG”), **PVN VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.251.492/0001-01 (“PVN”), **NHN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 12.505.564/0001-65 (“NHN”), **NGN IMPORTADORA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 11.453.341/0001-39 (“NGN”), **JC COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 71.811.384/0001-70 (“JC Comercial”), **JC BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 15.238.000/0001-00 (“JC Brasil”), **GB CARS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.289.308/0001-50 (“GB Cars”), **FRANCECAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 67.570.598/0001-25 (“Francecar”), **ETOILE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 03.843.720/0001-07 (“Etoile”), **EPC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 06.888.977/0001-73 (“EPC”), **DIREÇÃO PARTICIPAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 00.816.450/0001-57 (“Direção”), **CORRETORA DE SEGUROS SHR LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.046.958/0001-74 (“Corretora SHR”), **CARFRANCE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 41.920.521/0001-44 (“Carfrance”), **CAMBRAIA E ROSA COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 01.829.861/0001-40 (“Cambraia”), **BSC DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 11.106.720/0001-52 (“BSC”), **BRN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 11.569.914/0001-94 (“BRN”), **BRG DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 12.536.852/0001-87 (“BRG”), **AVENUE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 07.989.018/0001-07 (“Avenue”) e **AUTOFRANCE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 70.176.516/0001-77 (“Autofrance” e, em conjunto com ZAQ, TUB, TT Tours, SRR Participações, SRR Empreendimentos, SPN, SPG, SNS, SNG Sul, SNG SP, SNG Rio, SNG Nordeste, SNG C. Oeste, SHS Participações, SHS Locação, Secar, Saint Moritz, Saint Michel, Saint Martin, Saint Germain, RPN, RNG, PVN, NHN, NGN, JC Comercial, JC Brasil, GB Cars, Francecar,

Etoile, EPC, Direção, Corretora SHR, Carfrance, Cambraia, BSC, BRN, BRG e Avenue, as “Recuperandas” ou “Grupo SHC”), todas com principal estabelecimento na Rua Henri Bouchard, nº 177, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05319-070, nesta comarca de São Paulo/SP, apresentam este Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) para aprovação da Assembleia Geral de Credores e homologação judicial, nos termos dos artigos 45 e 58 da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada (“Lei de Recuperação Judicial”):

- (i) Considerando que as Recuperandas tiveram seu Plano de Recuperação Judicial originalmente aprovado em AGC no dia em 5/9/2019, bem como a devida homologação judicial, com as alterações estabelecidas pelo Juízo da Recuperação em 13/9/2019;
- (ii) Considerando que, a partir do final do mês de janeiro de 2020, apesar do otimismo de que o mercado não seria tão brutalmente afetado, a China e o mundo passaram a se deparar com a grave crise de saúde provocada pelo COVID-19 (popularmente identificado como Coronavírus);
- (iii) O COVID-19 provocou diversos efeitos negativos nos mercados, sobretudo no desenvolvimento das atividades fabris e produtivas de origem chinesa, interrompendo inclusive o acesso de navios aos portos para o recebimento e carregamento de mercadorias;
- (iv) Considerando que o dólar norte-americano, principal moeda para a aquisição de produtos importados, teve uma alta brusca e totalmente inesperada, revelando-se a maior alta da história da economia brasileira contemporânea e afetando diretamente a relação entre a aquisição de veículos e as vendas de tais veículos importados das Recuperandas;
- (v) Considerando que as Recuperandas têm enfrentado dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras;
- (vi) Considerando que, em resposta a tais dificuldades, as Recuperandas ajuizaram, em 5 de novembro de 2018, pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei de Recuperação Judicial, cujo processamento foi deferido em 21 de novembro de 2018;
- (vii) Considerando que este Plano cumpre os requisitos contidos no art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, eis que: **(a)** pormenoriza os meios de recuperação das Recuperandas; **(b)** é viável sob o ponto de vista econômico; e **(c)** é acompanhado do respectivo laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das Recuperandas, subscrito por empresa especializada.
- (viii) Considerando que, por força do Plano, as Recuperandas buscam superar sua crise econômico-financeira e reestruturar seus negócios com o objetivo de: **(a)** preservar e adequar as suas atividades empresariais; **(b)** manter-se como fonte

de geração de riquezas, tributos e empregos; além de (c) renegociar o pagamento de seus credores;

As Recuperandas submetem este Plano à aprovação da Assembleia Geral de Credores e à homologação judicial, cujas alterações em relação ao plano originalmente aprovado e homologado se fazem sob a forma deste texto alterado e consolidado, sob os termos a seguir indicados.

PARTE I – INTRODUÇÃO

1. INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES

1.1. Regras de Interpretação. Os termos definidos nesta Cláusula 1 serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído. Exceto se especificado de modo diverso, todas as cláusulas e anexos mencionados neste Plano referem-se a cláusulas e anexos do próprio Plano. Os títulos dos capítulos e das cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões. Este Plano deve ser interpretado, na sua aplicação, de acordo com o art. 47 e seguintes da Lei de Recuperação Judicial.

1.2. Definições. Os termos utilizados neste Plano têm os significados definidos abaixo:

1.2.1. “Administradora Judicial”: administradora judicial nomeada pelo Juízo da Recuperação, nos termos do Capítulo II, Seção III, da Lei de Recuperação Judicial, assim entendida como a empresa Expertisemais Serviços Contábeis e Administrativos, inscrita no CNPJ/ME sob o n. 19.615.744/0001-49, representada pela Sra. Eliza Fazan.

1.2.2. “AGC”: significa a Assembleia Geral de Credores nos termos do Capítulo II, Seção IV, da Lei de Recuperação Judicial.

1.2.3. “Créditos Intragrupo”: são Créditos detidos, ou que venham a ser detidos, por qualquer das Recuperandas ou suas subsidiárias contra qualquer das Recuperandas ou suas subsidiárias.

1.2.4. “Créditos ME e EPP”: são os créditos detidos pelos Credores ME e EPP, conforme listados na Lista de Credores.

1.2.5. “Créditos Quirografários”: são os créditos que sejam quirografários, com privilégio geral, especialmente privilegiados e subordinados, nos termos do art. 41, III, e 83, VI, da Lei de Recuperação Judicial, conforme listados na Lista de Credores.

1.2.6. “Créditos”: são todos os Créditos Trabalhistas, Créditos Quirografários e Créditos ME e EPP, assim como as correspondentes obrigações existentes na Data do Pedido, que estejam sujeitos à Recuperação Judicial nos termos da Lei de Recuperação Judicial e listados na Lista de Credores.

1.2.7. “Créditos Trabalhistas”: são os créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do art. 41, I, da Lei de Recuperação Judicial, incluindo-se aqueles créditos decorrentes da comunicação da rescisão do contrato de trabalho anteriormente ao ajuizamento da Data do Pedido, independentemente da forma do cumprimento do aviso prévio, conforme listados na Lista de Credores.

1.2.8. “Credores”: são os Credores Trabalhistas, Credores Quirografários e Credores ME e EPP.

1.2.9. “Credores ME e EPP”: são os Credores que operam sob a forma de microempresa ou empresa de pequeno porte, por se enquadrarem na definição prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 41, IV, da Lei de Recuperação Judicial.

1.2.10. “Credores Quirografários”: são os Credores detentores de Créditos Quirografários, nos termos do art. 41, III, da Lei de Recuperação Judicial.

1.2.11. “Credores Trabalhistas”: são os Credores detentores de Créditos Trabalhistas, nos termos do art. 41, I, da Lei de Recuperação Judicial.

1.2.12. “Data do Pedido”: a data em que o pedido de recuperação judicial foi ajuizado pelas Recuperandas, dia 5 de novembro de 2018.

1.2.13. “Dia Útil”: qualquer dia que não seja sábado, domingo ou qualquer outro dia em que as instituições bancárias no Estado de São Paulo não funcionem ou estejam autorizadas a não funcionar.

1.2.14. “Direitos Creditórios PSA”: significa todo e qualquer direito creditório decorrente dos direitos discutidos nos autos do processo nº 1002860-84.2019.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo – SP, do qual são partes Peugeot-Citroën do Brasil Automóveis Ltda. e determinadas Recuperandas, que seja ou venha a ser revertido em favor de qualquer das Recuperandas do Grupo SHC, bem como todos os valores provenientes de sua negociação e venda a terceiros, em condições de mercado.

1.2.15. “Encerramento da Recuperação Judicial”: significa a data em que a Recuperação Judicial for definitivamente arquivada, após o trânsito em julgado da sentença de encerramento da Recuperação Judicial, na forma do art. 63 da Lei de Recuperação Judicial.

1.2.16. “Evento de Liquidez”: significa a transferência direta e/ou indireta, total ou parcial, a qualquer título, de quotas ou ações de emissão das Recuperandas a terceiros, conforme aplicável, bem como quaisquer pagamentos realizados pelas Recuperandas aos seus sócios ou acionistas a título de remuneração sobre o capital social, incluindo, mas sem se limitar, a título de distribuição de dividendos e pagamentos de juros sobre capital próprio.

1.2.17. “Grupo SHC”: Zaq Participações S.A., Tub Participações S.A., Operadora de Turismo T. T. Tours Ltda., SRR Participações S.A., SRR Empreendimentos Imobiliários Ltda., SPN Distribuidora de Veículos Ltda., SPG Distribuidora de Veículos Ltda., SNS Automóveis Ltda., SNG Sul Comércio de Veículos Ltda., SNG SP Comércio de Veículos Ltda., SNG Rio Comércio de Veículos Ltda., SNG Nordeste Comércio de Veículos Ltda., SNG C. Oeste Comércio de Veículos Ltda., SHS Participações S.A., SHS Locação de Bens Ltda., Secar Participações S.A., Saint Moritz Distribuidora de Veículos Ltda., Saint Michel Distribuidora de Veículos Ltda., Saint Martin Distribuidora de Veículos Ltda., Saint Germain Distribuidora de Veículos Ltda., RPN Distribuidora de Veículos Ltda., RNG Distribuidora de Veículos Ltda., PVN Veículos Ltda., NHN Distribuidora de Veículos Ltda., NGN Importadora Ltda., JC Comercial e Importadora Ltda., JC Brasil Automóveis Ltda., GB Cars Distribuidora de Veículos Ltda., Francecar Comércio de Veículos Ltda., Etoile Distribuidora de Veículos Ltda., EPC Distribuidora de Veículos Ltda., Direção Participações S.A., Corretora de Seguros SHR Ltda., Carfrance Ltda., Cambraia e Rosa Comércio de Veículos e Serviços Ltda., BSC Distribuidora de Veículos Ltda., BRN Distribuidora de Veículos Ltda., BRG Distribuidora de Veículos Ltda., Avenue Distribuidora de Veículos Ltda. e Autofrance Comércio e Serviços Ltda., todas em recuperação judicial, conforme qualificadas nos autos da Recuperação Judicial.

1.2.18. “Homologação do Plano”: data da publicação da decisão judicial do Juízo da Recuperação que homologar o Plano nos termos do art. 45 ou 58, *caput* e §1º, da Lei de Recuperação Judicial, conforme o caso.

1.2.19. “Juízo da Recuperação”: juiz de direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

1.2.20. “Limite Opção A”: tem o significado definido na Cláusula 8.1.3 deste Plano.

1.2.21. “Limite Opção B”: tem o significado definido na Cláusula 8.1.4.1 deste Plano.

1.2.22. “Limite Opção C”: tem o significado definido na Cláusula 8.1.5.1 deste Plano.

1.2.23. “Lista de Credores”: a lista apresentada pela Administradora Judicial, nos termos do artigo 7º, §2º da Lei de Recuperação Judicial, conforme alterada pelas decisões acerca das impugnações de créditos.

1.2.24. “Lei de Recuperação Judicial”: Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

1.2.25. “Plano”: este plano de recuperação judicial das Recuperandas, na forma como é apresentado e, conforme o caso, eventuais aditamentos aprovados na Assembleia Geral de Credores.

1.2.26. “Recuperação Judicial”: significa o processo de recuperação judicial ajuizado pelas Recuperandas, em curso perante o Juízo da Recuperação, autos nº 1113802-23.2018.8.26.0100.

PARTE II – DO OBJETIVO DO PLANO

2. OBJETIVO DO PLANO

2.1. Objetivo. Diante da existência de dificuldade das Recuperandas em cumprir com suas atuais obrigações financeiras, o presente Plano prevê a realização de medidas que objetivam o reperfilamento do endividamento das Recuperandas, a geração de fluxo de caixa operacional necessário ao pagamento da dívida e a geração recursos necessários para a continuidade das atividades das Recuperandas, devidamente dimensionadas para a nova realidade das Recuperandas.

2.2. Razões da Recuperação Judicial. A crise do Grupo SHC, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles: *(a)* crise econômica que afetou o país, *(b)* aumento da carga tributária para carros importados nos últimos anos, *(c)* prejuízos decorrentes da imposição de cotas de importação, inserida em uma política econômica protecionista adotada pelo Governo Federal que acarretou redução de demanda, receita e margens; *(d)* crise no câmbio e intensa desvalorização do real (R\$) contra o dólar norte-americano (USD), em um mercado dependente da importação de produtos de origem chinesa e pagos em dólares norte-americanos; e *(e)* a mudança brusca no mercado de importação de produtos de origem chinesa, como é o caso dos automóveis negociados pelas Recuperandas em suas concessionárias, mudança essa advinda por evento de força maior, assim definido nos termos do parágrafo único do art. 393, da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada, provocada pelo vírus identificado no início do ano de 2020 como o vírus 2019-nCoV/COVID-19 (ou o novo Coronavírus).

PARTE III – MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

3. MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

3.1. Como solução mais eficiente para a equalização e liquidação de parte substancial do passivo das Recuperandas, o presente Plano prevê: **(a)** a reestruturação do passivo das Recuperandas; e **(b)** a preservação de investimentos essenciais para a continuação das Recuperandas.

3.2. Além das medidas previstas neste Plano, as Recuperandas ficam autorizadas, independentemente de prévia autorização do Juízo da Recuperação ou da realização de nova AGC, inclusive para fins do art. 66 da LRF, a efetuar a dação em pagamento dos imóveis gravados com alienação fiduciária relacionados no **Anexo 3.2.** aos respectivos credores beneficiários da garantia fiduciária, não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial nos termos da Lei de Recuperação Judicial, desde que em comum acordo entre as partes.

4. ATIVOS NÃO-CIRCULANTES (ATIVOS PERMANENTES) DEPRECIADOS

4.1. Ativos Não-Circulantes (Ativos Permanentes) Depreciados. Para fins do disposto no art. 66 da Lei de Recuperação Judicial, as Recuperandas poderão alienar, dar em garantia, doar ou descartar quaisquer dos seus ativos não-circulantes (ativos permanentes) móveis que se encontrem totalmente depreciados e/ou sucateados e/ou que estejam mantidos em lojas fechadas e que não serão reutilizados pelas Recuperandas, cujas alienações, onerações, doações e/ou descartes serão identificados e informadas a todos os interessados por meio da divulgação dos relatórios mensais de acompanhamento informados pelas Recuperandas e disponibilizados pela Administração Judicial, bem como ficam autorizadas as vendas dos veículos de *test-drive*, cuja contabilização seja feita na conta do ativo não-circulante (ativo permanente).

5. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E NECESSIDADE DE NOVOS FORNECIMENTOS

5.1. Expansão de Parcerias e Novos Fornecimentos. Sujeito às limitações previstas em lei, as Recuperandas resguardam-se o direito e a faculdade de desenvolver suas atividades e de realizar todos os atos consistentes com seu objeto social, sem a necessidade de prévia autorização da AGC ou do Juízo da Recuperação, sujeito, todavia, aos limites estabelecidos neste Plano. Para tanto, as Recuperandas poderão, dentre as demais atividades necessárias para a consecução da sua atividade, expandir a contratação de novas parcerias e novos fornecimentos, sejam com novos parceiros ou fornecedores, sejam em novas condições comerciais com cada um dos parceiros e fornecedores atualmente existentes desde que **(a)** sejam realizadas em bases comutativas; e **(b)** não prejudiquem o pagamento dos Créditos.

5.2. Operações com Partes Relacionadas. As transações com partes relacionadas, assim entendidas como as pessoas que se enquadram na definição do artigo 43 da Lei de

Recuperação Judicial, serão permitidas desde que (a) sejam realizadas em bases comutativas; e (b) não prejudiquem o pagamento dos Créditos.

PARTE IV – PAGAMENTO DOS CREDORES

6. NOVAÇÃO

6.1. Novação. Com a Homologação Judicial do Plano, os Créditos serão novados na forma do art. 59 da Lei de Recuperação Judicial e constituirão a Dívida Reestruturada, conforme disposta neste Plano.

7. PAGAMENTO DOS CREDORES TRABALHISTAS (CLASSE I)

7.1. Pagamento dos Créditos Trabalhistas. Os Credores Trabalhistas que não expressamente se manifestarem por outras opções de pagamento, nos termos da Cláusula 7.1.1 alíneas “(a)” e “(b)”, receberão o montante equivalente a 5% (cinco por cento) de seus Créditos Trabalhistas, corrigidos monetariamente pela variação da Taxa Referencial ao ano, incidentes desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento, e pago em 1 (uma) parcela, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês de agosto de 2020.

7.1.1. Alternativamente à forma padrão de pagamento prevista na Cláusula 7.1 acima, os Credores Trabalhistas poderão, a seu critério, expressamente optar pelo recebimento de seus Créditos Trabalhistas, por meio do envio de notificação às Recuperandas neste sentido, observada a Cláusula 14.2, em até 15 (quinze) dias corridos da Homologação do Plano, conforme uma das opções previstas abaixo.

- (a) Opção A – Credores Trabalhistas.** Pagamento do montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Crédito Trabalhista, descontados eventuais valores pagos nos termos da Cláusula 7.2, corrigido monetariamente pela variação da Taxa Referencial, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao ano, incidentes desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento, em 8 (oito) parcelas, devidas até o último Dia Útil dos meses indicados na tabela abaixo e respeitado o percentual de pagamento de cada parcela também indicados abaixo.

Parcela	Mês	% DE AMORTIZAÇÃO
1	Outubro/2020	5,0%
2	Janeiro/2021	7,5%
3	Abril/2021	10,0%
4	Julho/2021	12,5%
5	Outubro/2021	12,5%
6	Janeiro/2022	12,5%
7	Abril/2022	20,0%

8	Julho/2022	20,0%
---	------------	-------

- (b) **Opção B – Credores Trabalhistas.** Pagamento do montante equivalente a 100% (cem por cento) do Crédito Trabalhista, descontados eventuais valores pagos nos termos da Cláusula 7.2, corrigido monetariamente pela variação da Taxa Referencial, acrescidos de taxa de juros de 1,0% (um por cento) ao ano, incidentes desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento, em até 9 (nove) parcelas, devidas até o último Dia Útil dos meses indicados na tabela abaixo e respeitado o percentual de pagamento de cada parcela também indicados abaixo.

Parcela	Mês	% DE AMORTIZAÇÃO
1	Julho/2022	5,0%
2	Outubro/2022	5,0%
3	Janeiro/2023	5,0%
4	Abril/2023	10,0%
5	Julho/2023	10,0%
6	Outubro/2023	12,5%
7	Janeiro/2024	12,5%
8	Abril/2024	20,0%
9	Julho/2024	20,0%

7.2. Independentemente da forma de pagamento dos Créditos Trabalhistas conforme Cláusula 7.1 acima, serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias a contar da Homologação do Plano, eventuais saldos de Créditos Trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao ajuizamento de Recuperação Judicial

7.3. No prazo de até 12 (doze) meses a contar da Homologação do Plano, será pago o montante de até R\$ 1.000,00 (mil reais) aos Credores Trabalhistas que tenham optado por uma das opções descritas nos itens (a) ou (b) previstos na Cláusula 7.1.1 acima, respeitado o limite do valor de cada Crédito Trabalhista, dividido em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira parcela devida em até 90 (noventa) dias corridos a contar da Homologação do Plano e a segunda parcela em até 12 (doze) meses a contar da Homologação do Plano.

7.4. Quitação dos Créditos Trabalhistas. Os pagamentos realizados na forma estabelecida nesta Cláusula 7 acarretarão a quitação plena, irrevogável e irretratável dos Créditos Trabalhistas.

8. PAGAMENTO DOS CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS (CLASSE III)

8.1. Opções de Pagamento dos Credores Quirografários. Os Credores Quirografários deverão optar, por meio de manifestação na própria AGC que aprovar este Plano, ou no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da Homologação do Plano, por meio do envio de notificação às Recuperandas neste sentido, observada a Cláusula 14.2, pelo recebimento de seus Créditos Quirografários conforme Opção A, Opção B, Opção C ou Opção D, previstas nas Cláusulas 8.3, 8.4, 8.5 e 8.6 abaixo, respectivamente, observado o disposto nas cláusulas 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5, especialmente com relação à alocação de cada Credor Quirografário na respectiva opção de pagamento de modo *pro rata* de acordo com a manifestação da vontade para a adesão.

8.1.1. O Credor Quirografário que, por qualquer motivo, não se manifestar no prazo previsto na Cláusula 8.1 acima ou não indicar claramente a opção escolhida, será automaticamente alocado na Opção D, prevista na Cláusula 8.6 abaixo.

8.1.2. Independentemente da opção de pagamento escolhida, as garantias fidejussórias prestadas em garantia dos Créditos Quirografários serão integralmente mantidas nos termos contratados, exceto caso liberada a critério do Credor Quirografário para fins da Cláusula 8.1.5.

8.1.3. Critérios Opção A. O pagamento dos Créditos Quirografários conforme Opção A, prevista na Cláusula 8.3, está limitado ao montante total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), de acordo com o valor nominal constante da Lista de Credores (“Limite Opção A”). Os Credores Quirografários serão alocados na respectiva opção de pagamento de modo *pro rata* de acordo com a manifestação da vontade para a adesão, de forma que os Credores Quirografários que se manifestarem após atingido o Limite Opção A serão pagos conforme condições de pagamento previstas para a Opção D, prevista na Cláusula 8.6.

8.1.4. Critérios Opção B. Somente poderão optar pela Opção B de pagamento, prevista na Cláusula 8.4, aqueles Credores Quirografários que tenham concedido, após a Data do Pedido, ou concedam, a qualquer momento, novos financiamentos e/ou linhas de crédito para as Recuperandas a partir de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), de modo a fomentar as atividades do Grupo SHC.

8.1.4.1. O pagamento dos Créditos Quirografários conforme Opção B, prevista na Cláusula 8.4, está limitado ao montante total de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) (“Limite Opção B”). Os Credores Quirografários serão alocados na respectiva opção de pagamento de modo *pro rata* de acordo com a manifestação da vontade para a adesão, de forma que os Credores Quirografários que se manifestarem após atingido o Limite Opção B serão pagos conforme condições de pagamento previstas para a Opção A, prevista na Cláusula 8.3.

8.1.5. Critérios Opção C. Somente poderão optar pela Opção C de pagamento, prevista

na Cláusula 8.5, aqueles Credores Quirografários que tenham liberado ou liberem de modo expresso e espontâneo, ainda que parcialmente, as garantias reais, fidejussórias ou fiduciárias, incluindo a remissão de acessórios e intangíveis, que detenham nas operações então celebradas com o Grupo SHC, de modo a fomentar as atividades do Grupo SHC.

8.1.5.1. O pagamento dos Créditos Quirografários conforme Opção C, prevista na Cláusula 8.5, está limitado ao montante total de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Limite Opção C"). Os Credores Quirografários serão alocados na respectiva opção de pagamento de modo *pro rata* de acordo com a manifestação da vontade para a adesão, de forma que os Credores Quirografários que se manifestarem após atingido o Limite Opção C serão pagos conforme condições de pagamento previstas para a Opção A, prevista na Cláusula 8.3.

8.2. Pagamento Comum aos Credores Quirografários. Independentemente da opção escolhida, os Credores Quirografários farão jus ao pagamento inicial de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), respeitado o valor de cada Crédito Quirografário, em até 1 (um) ano da Homologação do Plano.

8.3. Pagamento Opção A Quirografários. Os Credores Quirografários que optarem pelo recebimento de seus Créditos Quirografários conforme Opção A, descontados eventuais valores pagos na forma da Cláusula 8.2, serão pagos conforme condições indicadas abaixo.

- (i) Principal: pagamento do montante equivalente a 10% (dez por cento) do valor nominal de cada Crédito Quirografário, conforme relacionado na Lista de Credores.
- (ii) Correção Monetária e Juros: correção monetária pela Taxa Referencial e aplicação de juros de 1% (um por cento) ao ano sobre o valor das primeiras 60 (sessenta) parcelas de amortização, incidentes desde a Data do Pedido, e de 2% (dois por cento) ao ano nas últimas 60 (sessenta) parcelas de amortização, incidentes a partir da 61ª parcela, a serem capitalizados no valor principal do Crédito Quirografário e pagos conforme fluxo de amortização previsto no item (iii) abaixo.
- (iii) Amortização: amortização de principal e encargos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira devida até o último Dia Útil do 25º (vigésimo quinto) mês após a Homologação do Plano e as demais até o último Dia Útil dos meses subsequentes. As primeiras 24 (vinte e quatro) parcelas equivalerão conforme cronograma de amortização abaixo. Os percentuais do valor principal do Crédito Quirografário a serem pagos em cada uma das parcelas mensais equivale a 1/12 (um doze avos) do percentual de amortização previsto para o ano em que paga a parcela.

ANO	% DE AMORTIZAÇÃO
1	2%
2	2%
3	12%
4	12%
5	12%
6	12%
7	12%
8	12%
9	12%
10	12%

8.4. Pagamento Opção B Quirografários. Os Credores Quirografários que optarem pelo recebimento de seus Créditos Quirografários conforme Opção B, descontados eventuais valores pagos na forma da Cláusula 8.2 e observada a Cláusula 8.1.4, receberão 40% (quarenta por cento) do valor nominal de cada Crédito Quirografário, conforme relacionado na Lista de Credores, nos moldes indicados nos itens a seguir:

- (i) O percentual equivalente a 15% (quinze por cento) do Crédito Quirografário novado conforme disposto na Cláusula 8.4. desta Opção B será pago da seguinte forma:

(a) Correção Monetária e Juros: correção monetária pela Taxa Referencial e aplicação de juros de 4,5% (quatro e meio por cento) ao ano sobre cada parcela de amortização, a serem capitalizados no valor principal do Crédito Quirografário e pagos conforme fluxo de amortização previsto no item (b) abaixo, incidentes desde a Data do Pedido.

(b) Amortização: amortização de principal e encargos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira devida até o último Dia Útil do 25º (vigésimo quinto) mês após a Homologação do Plano e as demais até o último Dia Útil dos meses subsequentes. As primeiras 24 (vinte e quatro) parcelas equivalerão conforme cronograma de amortização abaixo. Os percentuais do valor principal do Crédito Quirografário a serem pagos em cada uma das parcelas mensais equivale a 1/12 (um doze avos) do percentual de amortização previsto para o ano em que paga a parcela.

ANO	% DE AMORTIZAÇÃO
1	2%
2	2%
3	12%

4	12%
5	12%
6	12%
7	12%
8	12%
9	12%
10	12%

- (ii) O percentual equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) do Crédito Quirografário remanescente desta Opção B será pago da seguinte forma:

(a) Correção Monetária e Juros: correção monetária pela Taxa Referencial e aplicação de juros de 0,5% (meio por cento) ao ano, a serem capitalizados no valor principal do Crédito Quirografário e pagos conforme fluxo de amortização previsto no item (b) abaixo, incidentes desde a Data do Pedido até a data de pagamento.

(b) Amortização: amortização de principal e encargos em uma única parcela devida até o último Dia Útil do 15º (décimo quinto) ano após a Homologação do Plano.

8.5. Pagamento Opção C Quirografários. Os Credores Quirografários que optarem pelo recebimento de seus Créditos Quirografários conforme Opção C, descontados eventuais valores pagos na forma da Cláusula 8.2 e observada a Cláusula 8.1.5, receberão 10% (dez por cento) do valor nominal de cada Crédito Quirografário, conforme relacionado na Lista de Credores, nos moldes indicados nos itens a seguir:

- (i) O percentual equivalente a 15% (quinze por cento) do Crédito Quirografário novado conforme disposto na Cláusula 8.5. desta Opção C será pago da seguinte forma:

(a) Correção Monetária e Juros: correção monetária pela Taxa Referencial e aplicação de juros de 1% (hum por cento) ao ano sobre cada parcela de amortização, a serem capitalizados no valor principal do Crédito Quirografário e pagos conforme fluxo de amortização previsto no item (b) abaixo, incidentes desde a Data do Pedido.

(b) Amortização: amortização de principal e encargos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, sendo a primeira devida até o último Dia Útil do 25º (vigésimo quinto) mês após a Homologação do Plano e as demais até o último Dia Útil dos meses subsequentes. As primeiras 24 (vinte e quatro) parcelas equivalerão conforme cronograma de amortização abaixo. Os percentuais do valor principal do Crédito Quirografário a serem pagos em

cada uma das parcelas mensais equivale a 1/12 (um doze avos) do percentual de amortização previsto para o ano em que paga a parcela.

ANO	% DE AMORTIZAÇÃO
1	2%
2	2%
3	12%
4	12%
5	12%
6	12%
7	12%
8	12%
9	12%
10	12%

- (ii) O percentual equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) do Crédito Quirografário novado conforme disposto na Cláusula 8.5. desta Opção C será pago da seguinte forma:

(a) Correção Monetária e Juros: correção monetária pela Taxa Referencial e aplicação de juros de 0,5% (meio por cento) ao ano sobre cada parcela de amortização, incidentes desde a Data do Pedido até a data de pagamento, a serem capitalizados no valor principal do Crédito Quirografário e pagos conforme fluxo de amortização previsto no item (b) abaixo.

(b) Amortização: amortização de principal e encargos em uma única parcela devida até o último Dia Útil do 15º (décimo quinto) ano após a Homologação do Plano.

8.6. Pagamento Opção D Quirografários. Os Credores Quirografários que optarem pelo recebimento de seus Créditos Quirografários conforme Opção D, descontados eventuais valores pagos na forma da Cláusula 8.2, receberão 10% (dez por cento) do valor nominal de cada Crédito Quirografário, conforme relacionado na Lista de Credores, corrigido monetariamente pela Taxa Referencial, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao ano sobre cada parcela de amortização, incidentes desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento, a serem capitalizados no valor principal do Crédito Quirografário e pagos em uma parcela única devida até o último Dia Útil do 15º (décimo quinto) ano após a Homologação do Plano.

8.7. Quitação dos Créditos Quirografários. Os pagamentos realizados na forma estabelecida nesta Cláusula 8 acarretarão a quitação plena, irrevogável e irretratável dos Créditos Quirografários.

9. PAGAMENTOS DOS CREDITORES ME E EPP (CLASSE IV)

9.1. Pagamento dos Créditos ME e EPP. Os Credores ME e EPP, descontados eventuais valores pagos na forma da Cláusula 9.2, serão pagos conforme condições indicadas abaixo:

- (i) Principal: pagamento do montante equivalente a 10% (dez por cento) do valor nominal de cada Crédito ME e EPP, conforme relacionado na Lista de Credores.
- (ii) Correção Monetária e Juros: correção monetária pela Taxa Referencial e aplicação de juros de 1% (um por cento) ao ano sobre cada parcela de amortização, a serem capitalizados no valor principal do Crédito Quirografário, a serem pagos nos termos do item (iii) abaixo.
- (iii) Amortização: amortização de principal e encargos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira devida até o último Dia Útil do 25º (vigésimo quinto) mês após a Homologação do Plano e as demais até o último Dia Útil dos meses subsequentes. As primeiras 24 (vinte e quatro) parcelas equivalerão conforme cronograma de amortização abaixo. Os percentuais do valor principal do Crédito ME e EPP a serem pagos em cada uma das parcelas mensais equivale a 1/12 (um doze avos) do percentual de amortização previsto para o ano em que paga a parcela.

ANO	% DE AMORTIZAÇÃO
1	2%
2	2%
3	12%
4	12%
5	12%
6	12%
7	12%
8	12%
9	12%
10	12%

9.2. Os Credores ME e EPP farão jus ao pagamento inicial de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), respeitado o valor de cada Crédito ME e EPP, em até 1 (um) ano da Homologação do Plano.

9.3. Quitação dos Credores ME e EPP. Os pagamentos realizados na forma estabelecida nesta Cláusula 9 acarretarão a quitação plena, irrevogável e irretratável dos Créditos ME e EPP.

10. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DOS CREDITORES

10.1. Leilão Reverso para Pagamento. Em caso de eventual sobra de caixa das Recuperandas, e a seu único e exclusivo critério, poderá ser realizado, a partir da Homologação do Plano e independentemente de prévia autorização pelo Juízo da Recuperação, leilão reverso para possibilitar a antecipação do pagamento dos Créditos, já devidamente novados nos termos deste Plano, conforme o procedimento a seguir descrito, monitorado pelo Administrador Judicial (“Leilão Reverso”).

- (i) As Recuperandas deverão apresentar petição nos autos da Recuperação Judicial, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da realização do procedimento, informando aos Credores o montante disponível e a data para a realização do Leilão Reverso (“Petição do Leilão Reverso”).
- (ii) Será(ão) vencedor(es) o(s) Credor(es) que apresentar(em) o maior deságio sobre seus Créditos, até a utilização total dos recursos disponíveis indicados na Petição do Leilão Reverso.
- (iii) A liquidação antecipada dos Créditos seguirá a ordem decrescente do(s) Credor(es) que apresentar(em) a(s) maior(es) proposta(s) de deságio pelo(s) seu(s) Crédito(s), até o limite dos recursos financeiros disponibilizados indicados na Petição do Leilão Reverso.
- (iv) Os lances de deságio ofertados pelos Credores deverão ser encaminhados por meio de correspondência eletrônica enviada para o endereço eletrônico das Recuperandas, a ser informado na Petição do Leilão Reverso, os quais serão validados após resposta automática de recebimento pelo servidor de correio eletrônico das Recuperandas. Apenas serão aceitos lances recebidos até as 24 (vinte e quatro) horas da data anterior àquela estabelecida Petição do Leilão Reverso para realização do Leilão Reverso.
- (v) As Recuperandas enviarão correspondência eletrônica (e-mail) a todos os Credores que apresentarem lances, informando o resultado do Leilão Reverso.

- (vi) Caso o saldo disponível não seja suficiente para a antecipação da totalidade de seu Crédito, o último Credor vencedor terá o seu Crédito parcialmente amortizado, até o limite do saldo disponível, prosseguindo pagamento do remanescente de seu Crédito, depois de aplicado o deságio ofertado no Leilão Reverso, nos termos previstos neste Plano.
- (vii) Em caso de empate entre lances do último vencedor do leilão, o valor disponível para pagamento será alocado *pro rata* entre os Credores que ofertaram o mesmo lance, respeitado então o item (vi), acima, quanto à quitação dos referidos Créditos.

10.2. Cash Sweep. As Recuperandas obrigam-se a fazer com que, a partir do ano em que ocorra a Homologação do Plano, 90% (noventa por cento) dos recursos decorrentes de um eventual Evento de Liquidez, observada a Cláusula 10.2.1 abaixo, seja destinado à aceleração do pagamento de eventuais saldos dos percentuais dos Créditos Quirografários Opção B e Opção C previstos nas Cláusulas 8(ii), 8(ii) e 8(iii) deste Plano, de forma *pro rata* entre os Credores Quirografários abrangidos pelos referidos fluxos de pagamentos, em até 30 (trinta) dias do protocolo da petição pelas Recuperandas de que trata a Cláusula 10.2.1 abaixo.

10.2.1.A existência de Excedente de Caixa Mínimo que enseje a aceleração de pagamentos prevista nesta Cláusula 10.2 acima deverá ser informada pelas Recuperandas nos autos da Recuperação Judicial, mediante protocolo de petição nesse sentido, em até 15 (quinze) dias de sua verificação.

10.3. Direitos Creditórios PSA. As Recuperandas poderão negociar e vender, de acordo com as condições de mercado e a qualquer momento, os direitos creditórios da ação indenizatória conforme o processo autuado sob o nº 1002860-84.2019.8.26.0100 –, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, que possuem contra a PSA. As Recuperandas destinarão 50% (cinquenta por cento) de todos os valores provenientes de tais Direitos Creditórios PSA que se materializarem como de sua efetiva titularidade, seja em razão de sua negociação e venda a terceiros em condições de mercado ou da liquidação e execução da condenação, à aceleração dos pagamentos previstos nas Cláusulas 8.4 (ii) e 8.5 (ii) deste Plano, de forma *pro rata* entre os Credores Quirografários abrangidos pelos referidos fluxos de pagamentos e com base nos respectivos Créditos Quirografários novados na forma deste Plano, descontado todo e qualquer pagamento já realizado até a data da implementação da aceleração.

11. DISPOSIÇÕES COMUNS AO PAGAMENTO DOS CREDITORES

11.1. Forma de Pagamento. Os valores devidos aos Credores, nos termos deste Plano, serão pagos mediante transferência direta de recursos, por meio de documento de ordem

de crédito (DOC) ou de transferência eletrônica disponível (TED), em conta de cada um dos Credores a ser informada individualmente pelo Credor às Recuperandas conforme procedimento previsto na Cláusula 14.2.

11.2. Comprovação de Pagamento. Os documentos da efetiva transferência de recursos servirão como comprovante de quitação dos valores efetivamente pagos pelas Recuperandas, outorgando, portanto, os Credores, a mais ampla, rasa e irrevogável quitação em relação aos valores então pagos.

11.3. Informação de Dados Bancários. Os Credores deverão informar a conta corrente indicada para pagamento no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da data do efetivo pagamento. Caso as Recuperandas recebam a referida informação fora do prazo ora estipulado, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento das informações sem que isso implique no atraso ou descumprimento de qualquer disposição do presente Plano.

11.3.1. Os pagamentos que não forem realizados em razão de os Credores não terem informado suas contas bancárias não serão considerados como descumprimento do Plano. Não haverá a incidência de juros ou encargos moratórios se os pagamentos não tiverem sido realizados em razão de os Credores não terem informado suas contas bancárias.

11.3.2. Todos os pagamentos devidos no âmbito deste Plano serão exigíveis no 15º (décimo quinto) dia do mês de vencimento, ou, caso o 15º (décimo quinto) dia do mês não seja Dia Útil, o pagamento será exigível no Dia Útil subsequente, exceto se de forma diversa disposto neste Plano.

11.3.3. De modo a viabilizar os pagamentos, bem como reduzir custos com taxas de transferências bancárias e tornar o procedimento administrativo mais célere, as Recuperandas efetuarão todos os pagamentos devidos nos termos deste Plano quando atingido o valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por Credor, respeitado o saldo de cada um dos Credores e de acordo com a forma, prazo e acréscimo de encargos de pagamento de cada classe de Credores, até as respectivas quitações dos Créditos. Caso a cada uma das parcelas de pagamento os valores apurados sejam inferiores ao valor mínimo estabelecido neste Plano, as Recuperandas realizarão o pagamento ao Credor tão logo haja o atingimento do valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) aqui descrito.

11.3.4. Caso o valor do respectivo Crédito seja inferior ao valor da parcela de valor mínimo dos pagamentos previstos neste Plano em relação à Lista de Credores, será realizado o respectivo pagamento até o limite do valor devido conforme a Lista de Credores de modo atingir a efetiva a quitação do respectivo Crédito.

11.4. Valores. Os valores considerados para o pagamento dos créditos, cálculos de deságio e demais regras de novação, são os constantes da Lista de Credores. Sobre esses valores não incidirão juros, correção monetária, multas e penas contratuais, salvo pelos

encargos previstos neste Plano.

11.5. Alocação dos Valores. No caso de divergência ou impugnação ou habilitação de crédito (retardatária ou não) de Credor cujo julgamento ocorra após a Homologação do Plano e que altere o valor devido a determinado Credor, tal novo valor apenas surtirá efeitos para fins deste Plano a partir da data do trânsito em julgado de mencionada decisão, permanecendo íntegros e intactos quaisquer pagamentos efetuados anteriormente com base nos percentuais antigos, sendo certo que, nos termos do quanto decidido no âmbito do acórdão autuado sob o n. 2269344-89.2019.8.26.0000 do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, os credores que comprovadamente tiverem enfermidades graves terão prioridade no recebimento de seus valores, conforme as classes e opções de pagamento previstas neste Plano.

11.6. Quitação. Os pagamentos e distribuições realizadas na forma estabelecida neste Plano, sob quaisquer de suas formas de pagamento, acarretarão a quitação plena, irrevogável e irretroatável dos Créditos com relação aos valores efetivamente pagos de acordo com o Plano, de qualquer tipo e natureza, contra as Recuperandas, inclusive juros, correção monetária, penalidades e multas, quando aplicáveis. Com a ocorrência da quitação, os Credores serão considerados como tendo quitado, liberado e/ou renunciado a parte efetivamente recebida dos Créditos nos termos do art. 59 da Lei de Recuperação Judicial, e não mais poderão reclamá-los contra as Recuperandas. O pagamento dos Créditos Trabalhistas nos termos previstos neste Plano acarretará, também, a quitação de todas as obrigações decorrentes dos contratos de trabalho e/ou da legislação trabalhista.

11.7. Parcelamento de Débitos Tributários. As Recuperandas poderão buscar obter a concessão, seja por via judicial ou administrativa, de parcelamento da dívida tributária das Recuperandas, ainda que por meio de medidas no âmbito da Recuperação Judicial ou com base na Lei de Recuperação Judicial.

PARTE V – PÓS-HOMOLOGAÇÃO

12. EFEITOS DO PLANO

12.1. Vinculação do Plano. As disposições do Plano vinculam as Recuperandas e seus Credores, os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da Homologação do Plano.

12.2. Conflito com Disposições Contratuais. Na hipótese de haver conflito entre as disposições deste Plano e aquelas previstas nos contratos celebrados com quaisquer Credores em relação a quaisquer obrigações das Recuperandas, seja de dar, de fazer ou de não fazer, as disposições contidas neste Plano deverão prevalecer.

12.3. Extinção de Medidas Judiciais. Com a Homologação do Plano, todas as execuções judiciais em curso contra as Recuperandas, seus controladores, suas controladas, coligadas, afiliadas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo societário ou econômico, serão extintas, e todas as penhoras e/ou constrições existentes serão automaticamente liberadas.

12.4. Formalização de Documentos e Outras Providências. As Recuperandas deverão realizar todos os atos e firmar todos os contratos e outros documentos que, na forma e na substância, sejam necessários ou adequados para cumprir os termos deste Plano.

12.5. Protestos. A aprovação deste Plano acarretará *(a)* o cancelamento de todo e qualquer protesto de título emitido pelas Recuperandas que tenha dado origem a qualquer Crédito e *(b)* a exclusão definitiva do registro do nome das Recuperandas nos órgãos de proteção ao crédito.

12.6. Liberação. As Recuperandas poderão ser liberadas de qualquer das obrigações listadas acima mediante aprovação em AGC.

13. MODIFICAÇÃO DO PLANO

13.1. Modificação do Plano na AGC. Aditamentos, emendas, alterações ou modificações ao Plano podem ser propostas pelas Recuperandas a qualquer momento após a Homologação do Plano, desde que *(a)* tais aditamentos, alterações ou modificações sejam submetidas à votação na AGC convocada para tal fim e *(b)* sejam aprovadas pelas Recuperandas e aprovadas pelo quórum mínimo da Lei de Recuperação Judicial.

PARTE VI – DISPOSIÇÕES COMUNS

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Anexos. Todos os Anexos a este Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante deste Plano. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este Plano e qualquer Anexo, o Plano prevalecerá.

14.2. Comunicações. Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações ao Grupo SHC, requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando enviadas: *(a)* por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou *courrier*; **OU** *(b)* por e-mail quando efetivamente entregues, valendo o aviso de entrega como prova de entrega e recebimento da mensagem. Todas as comunicações devem ser enviadas aos seguintes endereços, salvo se houver alteração devidamente comunicada aos Credores:

Ao Grupo SHC

Endereço: Av Europa 555, Jardim Europa, São Paulo – SP, CEP 01449-010

E-mail: creditosrjshc@gruposhc.com.br

14.3. Independência das Disposições. Caso qualquer das disposições deste Plano, por qualquer razão, seja considerada inválida, ilegal ou inexecutável em qualquer aspecto, em qualquer jurisdição, tal invalidade, ilegalidade ou inexecutabilidade não deverá afetar qualquer outra disposição deste Plano, que deverá permanecer em pleno vigor, mas este Plano deverá ser interpretado em tal jurisdição como se tal disposição inválida, ilegal ou inexecutável seja assim considerada apenas contra o Credor que tenha apresentado sua negativa, ressalva ou medida judicial contra a respectiva disposição confrontada, no limite máximo permitido em tal jurisdição.

14.4. Prazos. Todos os prazos previstos neste Plano serão contados em dias corridos, exceto se expressamente disposto de forma diversa, de acordo com as regras dispostas abaixo:

- (i) os prazos serão contados desprezando-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento;
- (ii) os prazos cujo termo final caia em um dia que não seja um Dia Útil serão automaticamente prorrogados para o Dia Útil imediatamente posterior;
- (iii) os prazos serão computados de forma que a data de início do prazo seja sempre um Dia Útil;
- (iv) os prazos de meses e anos expiram, exceto se disposto de forma diversa neste Plano, no dia de igual número do de início ou no imediato, caso falte exata correspondência, observada a regra do item “(ii)” acima;
- (v) os prazos fixados por hora e superiores a 24 (vinte e quatro) horas contar-se-ão mediante conversão em dias, sendo o termo final à meia noite do último dia de prazo; e
- (vi) os prazos cujo cumprimento exija o envio de documento por e-mail ou por meio de correspondência física serão considerados cumpridos de acordo com a data e hora em que efetivamente enviados, independentemente da data e hora em que recebidos, valendo o aviso de entrega como prova de entrega e recebimento.

15. LEI E FORO

15.1. Lei Aplicável. Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, ainda que haja Créditos originados sob a regência de leis de outra jurisdição e sem que quaisquer regras ou princípios de direito internacional privado sejam aplicadas.

15.2. Foro. Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano serão resolvidas pelo Juízo da Recuperação até o Encerramento da Recuperação Judicial.

São Paulo/SP, 15 de julho de 2020.

ANEXO 3.2

Imóveis gravados com alienação fiduciária que podem ser objeto de dação em pagamento nos termos da Cláusula 3.2 do Plano.

Matrícula	CRI	Localização e Descrição
28.590	Porto Seguro/BA	Terreno urbano situado na estrada para Trancoso, município de Porto-Seguro/BA, com área 15.000,00 m ²
29.172	Porto Seguro/BA	Terreno urbano situado na Rua do Planalto, Trancoso, município de Porto Seguro/BA, com área de 19.533,50 m ²
15.254	Curitiba/PR	Imóvel situado na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 4.043, Curitiba/PA, com área de 2.893,83 m ²
18.093	Barra Mansa/RJ	Imóvel constituído de lote C, integrante do Loteamento Fazenda Cachoeira, situado na Rodovia Presidente Dutra, Km 102, Boa Vista, Barra Mansa/RJ, com área de 6.400,00 m ²
9.328	Niterói/RJ	Imóvel urbano situado na Estrada do Baldeador, prédio 379, do município de Niterói/RJ
22.469	Niterói/RJ	Lote nº 649 da Rodovia Amaral Peixoto, município de Niterói/RJ, com área de 5.776,00 m ²
21.030	Niterói/RJ	Lote nº 632 da Rodovia Amaral Peixoto, município de Niterói/RJ, com área de 5.580,14 m ²
6.011	Niterói/RJ	Imóvel urbano situado na Estrada do Baldeador, prédio 665, do município de Niterói/RJ
22.468	Niterói/RJ	Lote s/n da Rodovia Amaral Peixoto, município de Niterói/RJ, com área de 6.723,70 m ²
2.769	Niterói/RJ	Imóvel urbano situado na Estrada do Baldeador, município de Niterói/RJ